

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA, ANTICAPITALISMO: O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO NO CINEMA DE RENATO TAPAJÓS¹

Alexandre Fernandez Vaz²

Resumo³

Entre fins dos anos 1970 e início dos 1980, trabalhadores liderados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema protagonizaram forte oposição à ditadura civil-militar. O artigo comenta seis filmes documentários sobre o movimento, dirigidos por Renato Tapajós, enfatizando tema da solidariedade. Aparece nas narrativas o novo sindicalismo em luta pela democratização e na crítica ao capitalismo, mas também as mudanças estruturais do trabalho desde então. Pergunta-se sobre a solidariedade em tempos neoliberais, de acumulação flexível do capital e de uberização do trabalho.

Palavra-chave: Solidariedade; Novo Sindicalismo; Tapajós, Renato.

SOLIDARIDAD, DEMOCRACIA, ANTICAPITALISMO: EL NUEVO SINDICALISMO BRASILEÑO EN EL CINE DE RENATO TAPAJÓS

Resumen

Entre finales de la década de 1970 y comienzos de la de 1980, trabajadores liderados por el Sindicato de los Metalúrgicos de São Bernardo do Campo y Diadema protagonizaron una fuerte oposición a la dictadura cívico-militar. El artículo comenta seis películas documentales sobre el movimiento, dirigidas por Renato Tapajós, enfatizando el tema de la solidaridad. En las narrativas aparece el nuevo sindicalismo en lucha por la democratización y en la crítica al capitalismo, así como los cambios estructurales del trabajo desde entonces. Se plantea la cuestión de la solidaridad en tiempos neoliberales, de acumulación flexible del capital y de la uberización del trabajo.

Palabras clave: Solidaridad; Nuevo sindicalismo; Tapajós, Renato.

SOLIDARITY, DEMOCRACY, ANTICAPITALISM: THE NEW BRAZILIAN TRADE UNIONISM IN THE CINEMA OF RENATO TAPAJÓS

Abstract

Between the late 1970s and the early 1980s, workers led by the Metalworkers' Union of São Bernardo do Campo and Diadema played a leading role in strong opposition to the civil-military dictatorship. This article discusses six documentary films about the movement directed by Renato Tapajós, emphasizing the theme of solidarity. The narratives present the new trade unionism in its struggle for democratization and in its critique of capitalism, as well as the structural changes in labor that have taken place since then. The article raises questions about solidarity in neoliberal times, marked by the flexible accumulation of capital and the uberization of work.

Keywords: Solidarity; New Trade Unionism; Tapajós, Renato.

¹ Artigo recebido em 12/03/2026. Aprovado em 17/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.71018>

² Doutor pela Leibniz Universität Hannover (Uni-Hann), Alemanha. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: alexfvaz@uol.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6212166433015570>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>.

³ O trabalho se insere no programa de pesquisas Teoria Crítica, Racionalidades e Educação, apoiado pelo CNPq (proc. 408324/2023-6 e 312749/2021-0) e pela FAPESC (ter. out. 2024TR002198).

Um momento de virada na política e na sociedade brasileira (e sua documentação cinematográfica)

O domingo já foi um dia consagrado ao não trabalho, fosse como pausa vinculada a tradições religiosas, fosse como conquista do direito ao descanso remunerado, no contexto das lutas pela regulamentação das jornadas. Cada vez mais, no entanto, o primeiro dia da semana vem sendo incorporado à dinâmica laboral, o que coloca em jogo até mesmo as necessárias condições de recuperação para a reposição de energias dos trabalhadores, papel central que o tempo livre exerce para a perenidade das relações de exploração. O processo avança tanto e com tal velocidade que, como sugere Jonathan Crary (2014), o capitalismo vem roubando o sono e gerando as condições para que as pessoas fiquem disponíveis de forma praticamente ininterrupta.

Nesse sentido, o tempo destinado ao trabalho vai se tornando indistinguível do tempo em geral, de maneira que tendencialmente tampouco haverá tempo livre, que será desnecessário para os próprios desígnios do capital – até que cada trabalhador colapse inteiramente, o que pouca diferença fará, já que o estoque de reserva de pessoas cujo potencial da força laboral é disponível só aumenta, na medida da drástica diminuição dos postos de trabalho. A superfluidade tende ao absoluto. Dito de outra maneira, se antes trabalho e tempo livre eram momentos distintos, ainda que sob o capitalismo o segundo seja uma duplicação do primeiro, isso vai deixando de acontecer, tornando-se um momento só, de plena opacidade e de exploração infinita.

A dedicação laboral se vê cada vez menos medida pelo tempo cronológico, prevalecendo o que cada um pode produzir ao máximo, sem limites regulamentares e, portanto, sem descanso previsto, o que significa a subsunção absoluta à exploração. Isso acontece com frequência pela mediação de aparatos tecnológico que, na condição de verdadeiras próteses, atuam como complementos do corpo e da mente humanos. O smartphone é atualmente o mais popular e completo instrumento de dominação subjetiva que as condições tecnológicas permitiram que se construísse sob o neoliberalismo, e não é casual que o trabalho por plataformas digitais e aplicativos seja uma das marcas fundamentais do tempo em que vivemos. Trata-se da uberização (Antunes, 2020; Webster, 2020), a contraface de fenômeno igualmente marcante da nossa era, a acumulação flexível do capital (Harvey, 1992).

Não é novidade que o sindicalismo no Brasil vem sofrendo duros golpes e muitas dificuldades de organização, perdendo sua força de coesão e o protagonismo político que outrora teve. Decorrência e causa de rachaduras na classe trabalhadora, esse processo impele à concorrência e não à solidariedade, em momento em que a própria categoria analítica trabalho vai sendo desprezada no processo de conhecimento da sociedade contemporânea. Sintomas desse processo no Brasil são o fato de que os sindicatos mais fortes e com mais poder de mobilização e negociação representam trabalhadores do setor público – em que perdura o direito à estabilidade no emprego, ou seja, as demissões são raras –, e a falta de liderança das centrais sindicais, principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), há poucos anos ainda era uma força política das mais relevantes no Brasil.

O processo de desaparecimento do domingo como dia de descanso no contexto da desregulamentação do trabalho faz lembrar que aconteceu precisamente nesse dia da semana, em 10 de fevereiro de 1980 – há, portanto, mais de quatro décadas –, a fundação do PT, a maior agremiação de esquerda do Sul Global. Sem assumir a bandeira do comunismo internacional, o partido nasce colocando-se no lado da crítica ao capitalismo e com olhos para o horizonte de construção do socialismo, posição que permaneceria no programa partidário até 1990, quando a queda do Muro de Berlim e o debacle do socialismo realmente existente – que caiu abruptamente, segundo o historiador Eric Hobsbawm (2020) – desorientou a maior parte da esquerda mundial.

O PT foi fundado quando o Brasil ainda vivia sob a ditadura que fora instaurada em 31 de março de 1964 por meio de um golpe perpetrado por militares, mas com importante apoio do grande empresariado, da imprensa e de outras frações conservadoras e reacionárias da sociedade. O partido nasce, portanto, em oposição ao governo de exceção, reunindo grupos heterogêneos que, com interesses nem sempre convergentes, estavam no exercício de resistência ao regime que censurou, perseguiu, sequestrou, torturou, matou e baniou opositores, desrespeitando e suspendendo direitos fundamentais. Foram mais de duas décadas de arbítrio, já que o processo de saída do poder dos militares só se deu entre 1985 e 1988.

Entre os fundadores do PT estavam intelectuais, estudantes e artistas, militantes vinculados à Igreja católica progressista e seus movimentos de base,

parlamentares da oposição tolerada pelos militares, anistiados pela Lei nº 6.683 (Brasil, 1979) – o que incluía número expressivo de pessoas que haviam sido exiladas –, assim como forças sociais que nasceram nas frestas do autoritarismo, como os movimentos de mulheres contra o aumento do custo de vida (Barros, 2022). Os fundadores mais importantes eram, no entanto, trabalhadores sindicalizados, entre os quais se destacavam os que atuavam na indústria metalúrgica do ABC que, como se sabe, era então região operária composta por 18 cidades no entorno da cidade de São Paulo. Entre eles, Luiz Inácio da Silva, o Lula, torneiro mecânico de profissão e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que chegaria à Presidência da República em 2003, onde permaneceu por dois mandatos de quatro anos, retornado ao posto em 2023.

A fundação do PT aconteceu no contexto de outros fenômenos que expressavam o processo de redemocratização do Brasil. Entre eles, e sem o qual esse partido não poderia ter nascido, está o fim do bipartidarismo, em 1979, processo criado pela ditadura em 1965 que extinguiu as agremiações ainda autorizadas a funcionar, dividindo a política institucional em dois blocos: o das forças que representavam o governo dos militares – a Aliança Renovadora Nacional, ARENA – e o que reunia a oposição autorizada a existir – o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Liberado o pluripartidarismo, as forças de esquerda se dividiram, organizando-se, além de no PT, no Partido Democrático Trabalhista, PDT, liderado por Leonel Brizola, que evocava a herança política de Getúlio Vargas, e no próprio MDB, onde permaneceram abrigados alguns dos antigos partidos e forças comunistas e socialistas ainda proibidos de ter existência própria (outros estavam sob o PT). Eles só seriam legalizados em 1985, quando os Partidos Comunistas Brasileiro (PCB) e do Brasil (PCdoB), finalmente saíram da clandestinidade, liderados respectivamente por Giocondo Dias e por João Amazonas.

Brizola, que até ser cassado em 1964 era governador do estado do Rio Grande do Sul, regressa do longo exílio depois de assinada a Lei da Anistia. Ao chegar ao Brasil, rumo para São Borja, interior do estado do Rio Grande do Sul, e visita o cemitério onde jazem duas lideranças fundamentais do trabalhismo brasileiro, João Goulart, o presidente deposto pelos militares, e Getúlio Vargas, político que ocupou a cadeira presidencial em três circunstâncias diferentes: logo após ser o líder da chamada Revolução de (19)30, como ditador com simpatias fascistas entre 1937 e

1945, e na condição de presidente eleito entre 1951 e 1954, quando se suicidou. O gesto brizolista não era isento de significados.

Um dos pontos de desencontro entre PT e PDT era, exatamente, a tradição varguista, uma vez que o sindicalismo do ABC pretendia ser distinto daquele instituído por Getúlio nos anos 1930, que atrelava as organizações trabalhadoras ao Estado, em modelo bastante semelhante àquele instituído na Itália sob Mussolini.

Liderados por Lula, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e de Diadema haviam realizado importantes greves entre 1978 e 1980. Elas desafiaram os patrões, principalmente os das grandes montadoras da indústria automobilística, formada principalmente por multinacionais. Elas foram se estabelecendo no Brasil por meio dos processos de modernização conservadora que atrelaram o país, em ritmo vertiginoso, ao endividamento externo e à constituição de um capitalismo periférico e dependente dos grandes centros econômicos.

Na longa tradição autoritária brasileira, os direitos dos trabalhadores, especialmente aqueles vinculados às atividades manuais, são historicamente negligenciados. Observe-se que no primeiro ano das greves completavam-se menos de 90 anos da abolição formal da escravidão no Brasil, oficialmente proibida apenas em 1889. A mentalidade escravista, que faz encontrar racismo contra pessoas negras e preconceito de classe, perdura entre nós (Ab'Sáber, 2022), assim como o mandonismo como prática naturalizada (Schwarcz, 2019). São faces do autoritarismo, que é um dos eixos da construção de uma nação que foi, por sua vez, erigida sob dois grandes crimes: a escravização de africanos sequestrados e trazidos à força para a América, assim como de seus descendentes, e o genocídio de populações autóctones.

As greves dos metalúrgicos do ABC se constituíram, portanto, movimento também contra o status quo, que via como insolente as reivindicações dos trabalhadores, assim como os militares e seu poder. No Brasil de então, a exemplo de hoje, vigorava o caráter militar das forças policiais, assim como sobrevivia todo um aparato clandestino de espionagem e repressão, longamente construído no Estado Novo e aperfeiçoado nos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, o movimento compõe o conjunto de esforços que pressionou a favor da relativa reconstituição democrática no país.

Iniciados no penúltimo governo militar, de Ernesto Geisel (1974-1979), como “abertura lenta, gradual e segura” e desenvolvidos no derradeiro, de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), os passos finais da ditadura foram planejados e executados dentro de uma transição negociada, correspondendo ao expressivo poder que os corpos militares tiveram e têm no país, processo que se inicia no Segundo Império. Na nossa precária história republicana, quase não se pode falar em democracia – no Brasil, “sempre um mal-entendido”, como escreveu Sérgio Buarque de Holanda (2016) há 90 anos – pelo menos até 1945. No entanto, do fim do Estado Novo até o golpe de 1964, nosso período político mais maduro, ao menos antes da Nova República, houve tentativas de golpe, anistia a golpistas, militares candidatos à presidência (o que sempre é temerário, já que não se faz política com armas na mão), um presidente que se suicida, outro que renuncia, impedindo-se que o vice (João Goulart) objetivamente assuma a liderança do país e, finalmente, um golpe e a instituição de uma nova ditadura. Desde sempre, portanto, os militares estão na cena política brasileira, sem jamais deixarem de exercer poder fora de suas funções originais, como mostram vários trabalhos, entre eles o de Fábio Victor (2022). A maciça presença deles, aos milhares, em cargos do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), ele mesmo um ex-integrante da caserna, não foi exatamente uma exceção⁴.

O PT é um partido de trabalhadores e não um partido do trabalho, e essa diferença não é menor. A solidariedade possível, portanto, está entre sujeitos que trabalham, que são explorados sob o modo capitalista de produção da vida. Solidários são os trabalhadores em greve na busca por melhores condições para exercerem seus ofícios, assim como representantes de diversos movimentos sociais ou cidadãos que os apoiam nessa luta que é, finalmente, de todas as pessoas. Alia-se à solidariedade a amizade, um afeto que também pode estar presente entre aqueles

⁴ A força dos militares e daqueles setores que lhes davam sustentação nos anos 1970 e 1980, foi, portanto, desafiada por Lula e pelos trabalhadores metalúrgicos em greve. A ditadura brasileira era parte de um processo mais amplo, associando-se a outros países que também viviam regimes não democráticos apoiados pelos Estados Unidos da América. Entretanto, pouco a pouco as ditaduras na América do Sul iam fechando seus ciclos de existência, em um momento em que a Guerra Fria, da qual elas faziam parte, começava a esmorecer. A pressão pela redemocratização vinha também do governo dos EUA sob o democrata Jimmy Carter e suas críticas às violações dos direitos humanos. Uruguai, Argentina e Chile viveram diferentes processos, mas têm em comum o fato de terem julgado e condenado, ao menos em parte, aqueles que perpetraram graves violações dos direitos humanos, o que não aconteceu no Brasil. Neste país da transição negociada, e a Lei da Anistia é sempre evocada pelos militares como algo que teria colocado um ponto final em todo o processo, absolvendo crimes ou excessos de ambas as partes. Essa é a posição que tem prevalecido no país, embora o Brasil seja signatário de tratados internacionais que consideram crimes imprescritíveis a tortura e o desaparecimento de pessoas.

que trabalham, o que, para além da convivência compulsória no local de exercício profissional, pode levar também ao encontro no tempo livre. Tudo isso ganhou a atenção do cinema, com destaque para a cultura de trabalhadores e trabalhadoras do ABC.

O processo de constituição das lutas de finais dos anos 1970 tem importante presença na cinematografia brasileira, tanto na forma de documentários quanto na de ficção. Essa perspectiva se filia a uma longa tradição que procurou documentar, às vezes ficcionalmente, os grandes movimentos de trabalhadores, na qual se destacam filmes como *Greve* (1925), de Serguei Eisenstein, que trata da repressão czarista a operários, em 1903, e *Kuhle Wampe, a quem pertence o mundo* (1932), dirigido por Slatan Dudov, e com roteiro escrito pelo próprio diretor, Ernst Ottwalt e Bertolt Brecht. Trata-se do último filme proletário produzido na Alemanha antes da ascensão definitiva de Hitler ao poder, em 1933.

O interesse nacional se divide em obras que procuraram captar aquele momento singular da história recente do país, e trabalhos que revisam a experiência política que teve lugar há quatro décadas. Há novas interpretações sobre os personagens e fatos de então, que a distância vem tornando mais nítidos. Ademais, se fazem presentes as consequências e efeitos que perduram na política e na sociedade brasileira. É sobre uma parte desse material que prossegue este breve texto, atentando para a obra de Renato Tapajós, escritor, cineasta e militante de esquerda que foi duas vezes encarcerado durante a ditadura militar⁵. O interesse está não na exegese dos filmes, o que foi bem realizado por outras pessoas, a exemplo de Krishna Gomes Tavares (2011), mas sobretudo nos processos de desenvolvimento de solidariedade entre os trabalhadores.

Junto com outros cineastas, como Olga Fudemma, João Batista de Andrade, Leon Hirszman, Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, Tapajós foi não apenas testemunha daquele momento singular na história brasileira, mas tentou documentá-lo no calor da hora. Cada um de seu jeito, não raro de forma colaborativa, esses cineastas produziram trabalhos que, com suas narrativas, concorreram com a grande mídia televisiva da época, fortemente comprometida com o governo de exceção. No caso específico de Tapajós, houve o financiamento do próprio Sindicato dos Metalúrgicos

⁵ Para a documentação, interpretação e expressão do movimento, a importância do trabalho de Tapajós é, no cinema, equivalente ao seminal e incontornável trabalho de Ricardo Antunes (1988) na sociologia.

de São Bernardo e Diadema e de outras associações da sociedade civil, interessadas não apenas em registrar, mas em desenvolver material formativo para a consciência de seus trabalhadores.

Na linha de montagem (e no chão de fábrica)

Entre 1977 e 1983, Tapajós dirigiu, individualmente ou em colaboração, cinco documentários, todos entre pouco mais de 15 e algo mais que 30 minutos, sobre o movimento sindical no ABC. Parte significativa desse material veio a compor *Linha de montagem*, longa-metragem de 1982. Depois de muitos outros filmes desde aqueles anos, em 2018, ano da nova prisão de Lula – ele havia sido encarcerado em 1980, perseguido por suas atividades sindicais – e da acirrada disputa eleitoral que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República, o diretor lançou novo trabalho, também com cerca de hora e meia de duração, intitulado *Chão de fábrica*. Nele, retoma aqueles acontecimentos que documentara havia quatro décadas, para reconstruir a história política contemporânea do Brasil. Os dois filmes são como balizas de uma experiência histórica, já que o primeiro sintetiza aquele movimento e o último o revisita à luz de tudo o que desde então acontecera, o que inclui os 14 anos em que o Partido dos Trabalhadores até então liderara coalizões políticas que governaram o Brasil, primeiro com Lula e depois com Dilma Rousseff.

Chão de fábrica é, como já sugerido, uma tentativa de reconstruir o espírito do tempo presente. História que é também expressão do processo mundial de fim da Guerra Fria e instituição do neoliberalismo, com mudanças na produção e na vida. Aquele de quatro décadas atrás era ainda um mundo em que o trabalho acontecia, em boa parte, na fábrica, e os sindicatos tinham força política para organizar os trabalhadores. É tão grande a magnitude das mudanças ocorridas desde então, que a experiência do presente às vezes dá a impressão de que tudo aquilo aconteceu em passado longínquo, perdido no tempo, e não apenas há pouco mais de 40 anos.

Diferentemente dos filmes da virada da década de 1970 para a de 1980, mas de forma semelhante a trabalhos que lhe são contemporâneos, como *Esquerda em transe* (2018), o filme recorre a intelectuais que analisam as transformações políticas e a organização do trabalho nesse período. Faz isso alternando esses depoimentos – que se somam aos de lideranças sindicais – com imagens em montagem veloz e algo espetacular – o que é sintoma das expectativas e das capacidades sensoriais dos

espectadores atuais – que se combinam com uma narração, na voz do próprio diretor, às vezes irônica, em outras tantas, resignada.

Um ponto central da obra é que ela reafirma a inscrição do movimento dos metalúrgicos em um plano mais amplo, de oposição à ditadura militar e, portanto, vincado na busca pela redemocratização do país. Os trabalhadores organizados teriam tido tamanha força, segundo o filme argumenta, que retardaram a implementação do neoliberalismo no Brasil. Apenas nos anos 1990, com a substituição do modelo taylorista pelo Toyotismo – e, portanto, com os operários não mais atuando em linha de montagem – teria ocorrido a quebra da solidariedade entre eles, jogados à própria sorte e à concorrência uns contra os outros. De qualquer forma, teria sido aquele novo sindicalismo, oposto ao patrimonialismo varguista, que imantara a oposição à ditadura, lançando bases para a construção da democracia.

As dificuldades com as novas estruturas neoliberais se acentuaram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com aumento significativo, na década que sucedeu seu mandato, dos processos de terceirização do trabalho, o que fez com que a produção se pulverizasse em diferentes locais, dificultando ainda mais a organização dos operários. Assumiu-se como irreversível a alta taxa de desemprego, as privatizações se aceleraram, as regras da previdência social tiveram sua primeira grande mudança desde a Carta Constitucional de 1988.

De certa forma, as coisas melhoraram nos governos liderados pelo PT, sobretudo durante os de Lula, quando a exportação de *comodities* alavancou a economia e as políticas de redistribuição de renda incluíram milhões de pessoas no mercado consumidor. Tal inclusão, no entanto, foi incompleta, segundo todos os depoimentos presentes no filme⁶. Finalmente, no governo de Michel Temer, que sucedeu o de Dilma depois que ela foi ilegitimamente deposta da presidência da República, as leis trabalhistas foram flexibilizadas, fazendo encolher ainda mais a função dos sindicatos, agora dispensáveis até para as negociações com os patrões.

O filme se conclui com um deslocamento esperançoso. Se as condições para a organização dos trabalhadores já não estão postas como outrora, com sindicatos em crise de representatividade, há, no entanto, outras formas que os faz ganhar as

⁶ Ao mesmo tempo, pode-se destacar posições importantes, como a de Laura Carvalho (2018), que valorizam o tripé distribuição de renda, acesso ao crédito e investimentos públicos como mecanismo importante da inclusão de camadas que, se mantêm a subalternidade, deixaram de ser o que historicamente foram (e em boa medida voltaram a ser): excluídas.

ruas. Vemos então um conjunto de imagens de grupos identitários ocupando a cidade. Os protagonistas seriam mais diversos e também estariam fora da fábrica, reinventando a luta, o que deve ser observado pelo sindicalismo. É preciso, diz Tapajós, ter esperança e utopia, capacidade de organização e de luta, assim como ser feliz.

As coisas eram mais claras no final dos anos 1970 e no início da década seguinte. *Linha de montagem* (1982) se dedica principalmente aos acontecimentos de 1979 e 1980, quando aconteceram as principais greves no ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema esteve sob intervenção governamental por 14 meses. Foi o período em que Lula e outros dirigentes foram mantidos presos durante 31 dias no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Paulo, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Solidariedade é o afeto político que rege esse filme de Renato Tapajós. As assembleias reúnem milhares de trabalhadores em um campo de futebol, o Estádio de Vila Euclides, cujo nome oficial era, na ocasião, ironicamente, Arthur da Costa e Silva, em homenagem ao general que ocupou, como ditador, a presidência da República entre 1966 e 1969. A praça esportiva é hoje denominada 1º de Maio e é bom que tenha servido a propósitos emancipadores, contrastando com o uso do Estádio Nacional, no Chile, campo de prisioneiros e local de execução de opositores do golpe de 1973.

Nas portas de fábrica, por sua vez, evoca-se que todos sejam solidários e não cruzem os portões para trabalhar, mas que voltem para suas casas, reforçando, e não enfraquecendo, o movimento. Inaugura-se o fundo de greve, e homens e mulheres saem pelas ruas, de casa em casa, para arrecadar dinheiro e mantimentos que ajudem os grevistas com os salários suspensos. No mesmo contexto, institui-se a Associação Beneficente e Cultural do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que institucionaliza o fundo. Músicos populares oferecem espetáculos, enquanto Dom Cláudio Hummes, bispo católico progressista, destina um salão para os trabalhadores se reunirem, já que não podem ir ao sindicato sob intervenção. O religioso chega a ir a uma assembleia para prestar seu apoio ao movimento que reivindica a soltura de Lula, afirmando para os trabalhadores reunidos que é preciso não fragmentar as forças e confiar em seus dirigentes. Uma greve será deflagrada na

fábrica da montadora Volkswagen, com o intuito de restituir ao sindicato sua diretoria eleita.

Os metalúrgicos debatem entre si e constantemente se encorajam, afirmando que a força da categoria deve estar não na diretoria do sindicato, mas em cada operário no local de trabalho. Contra eles estão os patrões, estando clara a luta de classes que rege a dinâmica social. Em uma porta de fábrica, o sindicalista Djalma Bom diz que a Mercedes Benz já construiu suas unidades em várias cidades, enquanto ele, com 15 anos de emprego nessa multinacional, ainda não tem casa própria. Logo depois, não deixa de fazer um chiste, aludindo o clube de futebol mais popular de São Paulo e pelo qual Lula tem sua afeição: “Tem que parar de falar do Corinthians e [começar a] falar da greve”.

Do outro lado das trincheiras estão os patrões, mas também o governo ditatorial e outros empresários brasileiros que dizem que os operários querem destruir o capital nacional. Lula sugere que lutem contra as multinacionais e que estas sofram um processo de nacionalização. Contra os metalúrgicos está igualmente a polícia militar, onipresente nas greves, intimidando, ameaçando, agredindo e prendendo, ao invés de defender o povo, como afirma um sindicalista.

Já tendo passado pela prisão – que décadas depois novamente enfrentaria, outra vez injustamente, e agora por muito mais tempo – Lula diz para a câmera, e para todos nós, o que de mais importante ficou como herança das greves: o desenvolvimento da consciência e da organização política da classe trabalhadora. Demarca ainda a função do sindicato, que é melhorar a relação entre capital e trabalho, mas diz que isso não basta. Para transformar a sociedade é preciso que a classe trabalhadora se organize como partido. Era o momento em que o PT dava seus primeiros passos.

Documentando à quente as transformações do Brasil

Dos cinco documentários breves realizados por Tapajós sobre o movimento sindical do ABC, fica de fora deste texto o primeiro deles, *Acidentes de trabalho* (1977), que não se refere diretamente às greves de 1978, 1979 e 1980, tampouco à campanha salarial de 1977 e aos desdobramentos que levam à formação do PT e da CUT. O filme não deixa de ser, no entanto, importante documento histórico. Nele, Lula,

ainda um jovem dirigente de pouco mais de 30 anos, reputa aos patrões a falta de segurança à que estão expostos os trabalhadores na fábrica.

Este tópico do texto se desenvolve em três partes: a primeira comenta *CUT pela base* (1983) e *Greve de março* (1979), a segunda aborda *A luta do povo* (1980) e a terceira se dedica a *As metalúrgicas* (1978). Cada uma delas, a seu modo, oferece um olhar sobre o novo sindicalismo e a solidariedade que lhe dava sustentação, e, ademais, mostra algo das bases que constituíram o Partido dos Trabalhadores.

Uma central sindical independente e o início das greves no ABC

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) veio como tentativa de construir a união do novo sindicalismo, reunindo agremiações de distintas profissões e almejando aquilo que o marxismo mais clássico propugnava: a união entre os trabalhadores do campo e os da cidade. *CUT pela base* (1983) mostra o congresso de sua fundação, impulsionado pela perspectiva de que as relações não seriam verticais e autoritárias, mas sustentadas pela base, ou seja, pela força dos trabalhadores sindicalizados. Jair Menegelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em substituição a Lula, que fora levado a ser dirigente máximo do PT, é escolhido como coordenador geral da comissão que inicialmente liderará a CUT. É ele que, ao longo do filme, oferece explicações detalhadas sobre a relação dos sindicatos com a sociedade e a respeito do papel da central sindical.

Em meio a dificuldades em que os sindicatos rurais se unissem aos urbanos – muito mais fortes em um país que se tornava cada vez menos agrário – destacam-se os interesses de solidariedade internacional (outro preceito clássico do marxismo), com o apoio de centrais sindicais de vários países em um encontro em São Paulo. Lula e Dom Cláudio Hummes também comparecem aos encontros, para trazer apoio à nova entidade. As posições apresentadas por aqueles que fundam a CUT e ela organizam em seus primeiros tempos são fortes, sempre baseadas na união e solidariedade: coletivização das grandes empresas, contra o arrocho salarial, defesa de eleições diretas em todos os níveis, pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical.

A infirmação da força sindical do campo não significa, no entanto, a ausência de luta e de outras formas de organização. Poucos anos depois dos filmes de Tapajós, um importante documentário sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sua constituição e conflitos com os poderes instituídos, foi realizado por Tetê Moraes. Trata-se de *Terra para Rose* (1986), que por meio da família chefiada pela pessoa que lhe empresta o título, conta o périplo de ocupação da fazenda Annoni, na parte norte do Rio Grande do Sul, considerada improdutiva desde em 1971 e desde então prometida para a reforma agrária. Na ausência da resposta concreta, efetivou-se o ato que, ademais, mostra uma mulher na dianteira política e a impotência governamental frente à luta popular. Soma-se a ele, evidentemente, *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, documentário sobre filme que por perseguição política não pode ser concluído nos anos 1960, a respeito da luta pela terra protagonizada pelas Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro e um de seus líderes, assassinado por latifundiários, o paraibano João Pedro Teixeira. O mesmo Coutinho, aliás, dirigiu *Peões* (2004), que documenta a memória de metalúrgicos que participaram dos movimentos dos anos 1970 e 1980, mas que, em maioria, permaneceram no anonimato, vários deles fazendo o trajeto de volta para o interior nordestino, de onde haviam emigrado para São Paulo em busca de emprego.

Greve de março (1979), também chamado *Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*, é um documentário em grande parte absorvido por *Linha de montagem* (1982), mas apresenta uma linguagem mais livre e contundente tanto em sua estética, quanto em sua narrativa. É obra coletiva sob a coordenação de Tapajós. Começa com uma locução em off sobre uma colagem de fotos em preto e branco das manifestações e enfrentamentos com a polícia, para logo depois ouvirmos de um sindicalista que quem decretara a greve foram os patrões, uma vez que só seriam capazes de conversar com os trabalhadores se as máquinas estivessem paradas.

O mote do documentário é, como diz o título, a greve, e no Estádio de Vila Euclides, perante os milhares de operários, Lula faz um forte discurso, afirmando que o movimento deve continuar mesmo se a diretoria do Sindicato for cassada ou mesmo presa. Enquanto escutamos as palavras ditas com calma e assertividade pelo dirigente que se tornaria presidente da República três décadas depois, a câmara se reveza entre close-ups em seu rosto ao microfone e passeios pela multidão de

homens à sua frente. De lá ele vai à sede do Sindicato e é quando então podemos ver e ouvir, por primeira vez, uma metalúrgica, a voz feminina que reafirma a confiança nos dirigentes.

É também nesse filme que mais claramente se coloca o reconhecimento de que o governo ditatorial e os grandes empresários agem em conjunto e colaboração – são parte do mesmo projeto de afirmação capitalista no Brasil –, o que reforça a necessidade de coesão e solidariedade dos trabalhadores que enfrentam simultaneamente a Lei de Greve (que coloca o movimento na ilegalidade) e a polícia, com seus cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. As imagens um pouco tremidas acompanham os momentos de tensão gerados pelos ataques policiais. O filme finaliza com Lula regressando ao estádio para nova assembleia, carregado nos ombros dos companheiros (a mesma maneira com que saíra dias antes) e com a expectativa de que o movimento seguirá unido nos 45 dias seguintes, período de trégua com os empresários. Três pontos são inegociáveis: liberdade de organização sindical, abertura das negociações, recebimento do salário correspondente aos dias parados. A orientação é precisa: manter-se mobilizado e, de cabeça erguida, voltar a trabalhar. O recado para a sociedade é igualmente claro: “Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores”.

Solidariedade sindical, solidariedade social na luta dos trabalhadores

Em novembro de 1979, o operário metalúrgico Santo Dias da Silva é assassinado por um tiro disparado por um policial militar, em uma atividade de mobilização durante a greve. Não era incomum naqueles anos que o movimento social fosse vigiado, constrangido e agredido pela polícia, o que hoje ainda ocorre, ainda que talvez de forma não tão explícita. É com o cortejo fúnebre do líder assassinado que Tapajós abre *A luta do povo* (1980). Uma multidão sai da igreja acompanhando o ataúde, o que inclui a viúva, que repete aos prantos que “A luta continua” e que o espírito de Santo Dias dará força ao processo. Lula também se deixa ver entre os presentes.

Se os manifestantes do cortejo que acompanha o corpo morto de Santo Dias inscrevem o Estado, na forma de seu aparelho repressor, como a serviço do capital – “Polícia dos patrões matou um operário”, diz o coro –, o filme de Tapajós inscreve o

sindicalismo, principalmente o metalúrgico, no âmbito mais amplo dos movimentos sociais de então. A força popular se encontra algo dispersa, mas o impulso é o mesmo: contrapor-se à ditadura e ao que ela representa: baixos salários, tutela sindical, más condições de trabalho, concentração da propriedade rural nas mãos de poucos, falta de liberdade, custo de vida alto.

Em pouco mais de 30 minutos, o documentário mostra os vários movimentos sociais em combate, mas tem como eixo narrativo principal o que acontece por consequência das atividades dos metalúrgicos. Dessa forma, narra o cotidiano de um singular operário de São Paulo, suas dificuldades, a perseguição sofrida em razão de sua atuação sindical, o prosseguimento da luta. Sem emprego, mas sem perder a esperança em seus companheiros, ele se dedica à campanha de solidariedade com a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. O objetivo é exortar à união de trabalhadores de diferentes ramos da economia, mostrando que a luta no ABC é, finalmente, a de todos. Para isso, coleta-se dinheiro e alimentos para o fundo de greve que vai se formando, de maneira a sustentar o movimento frente aos cortes de salário dos grevistas.

O operário que alinhava parte do enredo do filme não é nomeado, o que não significa desprezo ou ausência de importância, mas que fundamentalmente se trata de luta coletiva. Tampouco de sua esposa sabemos o nome, mas ela também é muito importante no filme e nas lutas sociais. Faz parte do movimento contra a carestia, formado principalmente por mulheres donas de casa que protestam contra os sucessivos aumentos nos preços dos alimentos e de outros produtos. Segundo Celso Rocha de Barros (2022), a força dessas mulheres foi uma das principais alavancas para a formação do Partido dos Trabalhadores. Em uma de suas manifestações, na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, vemos policiais cercando as pessoas, e as imagens em plano sequência os mostram arrancando-lhes das mãos exemplares de um jornal informativo sobre aquela e outras lutas.

Tapajós nos mostra diferentes reuniões de trabalhadores, desde as grandes assembleias dos metalúrgicos no Estádio de Futebol de Vila Euclides, onde se discute com quase 70 mil pessoas a continuidade da greve em 1980, até os encontros menores, em que se debate a necessidade de construir uma central sindical combativa e independente, assim como a importância da solidariedade entre a “classe intelectual” e a “classe trabalhadora”, um tema que foi muito sensível no processo de

fundação, assim como nos primeiros anos de existência do partido (Chauí, 1986; Barros, 2022). A situação evolui para o encontro unificado de 1º de Maio de 1979, quando mais de 120 mil pessoas se deslocam para a praça esportiva acima citada, na qual costumeiramente se reuniam em São Bernardo do Campo os metalúrgicos.

“Nós entramos nessa luta e o governo transformou essa luta numa guerra”, diz Lula aos operários em assembleia, frente à ameaça de julgamento que considere ilegal a greve em andamento, no primeiro semestre de 1980. Entre os oradores que se revezam no microfone, um deles denuncia o uso da força policial contra os trabalhadores, em prenúncio do que estava por vir. O Sindicato tem sua diretoria deposta e em seguida seus membros são encarcerados, o que não faz com que a greve acabe. Ao contrário, os trabalhadores, como se viu em *Linha de montagem* (1982), tomam as ruas e seguem na luta.

Operárias

Trabalhadoras metalúrgicas, de Olga Futemma e Renato Tapajós, foi filmado e lançado em 1978. Com pouco mais de 16 minutos, tem como tema central o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. O filme começa e termina com imagens do evento, respectivamente da inauguração e da conclusão, que contam com a presença das lideranças do Sindicato, inclusive seu presidente, Lula, que discursa na abertura.

Na tela presenciamos imagens que se intercalam entre o encontro, o trabalho na fábrica, os desafios da vida doméstica. Vemos e ouvimos depoimentos, assim como também problemas que as trabalhadoras enfrentam do dia a dia frente às máquinas: as diferenças de tratamento destinado aos homens e a elas, que recebem piores salários exercendo as mesmas funções; as insuficientes condições de trabalho, com falta de equipamento adequado, impedimentos para deixar o maquinário e ir aos banheiros que, ademais, são muito poucos; a inexistência de refeitórios e a escassez de creches, o que agrava o problema da dupla jornada laboral; o excesso do dispositivo da hora extra, que se torna impedimento para a contratação de trabalhadoras e trabalhadores desempregados. Elas também destacam as ameaças de perda do emprego uma vez sindicalizadas e a efetiva demissão de algumas por terem participado do Congresso.

A montagem de *Trabalhadoras metalúrgicas* nos oferece uma interessante alternância entre mãos e pés. No trabalho, as operárias são mostradas em imagens com pouca luz, em efeito que possivelmente tem origem nos limites técnicos, mas que funciona como expressão do espírito que alimenta o interior fabril. Além dos planos mais abertos, vemos também close-ups das mãos das metalúrgicas interagindo com as máquinas, o que diz da força do trabalho humano, mas também dos perigos a que são expostas essas mulheres, sem luvas e outros aparatos de segurança. Ao mesmo tempo, no congresso, a câmara, sob luz que tudo deixa ver, as mostra no pleno exercício da fala, mas também nos é oferecido um conjunto de cenas em que os belos sapatos que calçam dão testemunho de uma vida que vai para além da fábrica e da condição laboral. Sem que haja descontinuidade na narrativa, há ainda uma sequência em que as trabalhadoras se deixam ver em um piquenique e numa praia, vivendo seus momentos de lazer em amizade com companheiras e amigos.

A pauta de reivindicação final do Congresso aponta para as mínimas condições para que as metalúrgicas pudessem exercer seu ofício, tendo como orientação a solidariedade entre as pessoas que vivem do trabalho: igualdade salarial entre homens e mulheres, mas melhores salários para todos os trabalhadores; creches e escolas-parque em condições de serem utilizadas, para que as mães possam deixar seus filhos em segurança enquanto se entregam ao expediente na fábrica; a recusa ao expediente noturno, que dificulta muito os cuidados com a casa e a família; a integração das trabalhadoras no Sindicato, com filiação e participação nas atividades.

É notável que o filme aborde o tema da solidariedade entre as operárias, uma fração menor, mas nada desprezível, da classe trabalhadora que passa várias horas do dia em fábricas do ABC. O Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema oferece a oportunidade para que a direção sensível de Olga Futemma e Renato Tapajós transforme em experiência estética a dura vida das trabalhadoras, mostrando também a potência do compromisso e da união entre elas.

Uma nota final

É certo que um ponto fundamental da filmografia de Tapajós sobre o novo sindicalismo é a presença da luta solidária dos trabalhadores em busca de melhores

condições de vida, estendendo-se como defesa da democracia e crítica ao capitalismo. Isso acontece como cinema verdade, o Kino-Pravda (Bouquet, 2007) nas obras dos anos 1970 e 1980, com os filmes mostrando o constante embate dos trabalhadores contra a falta de consciência de classe, a polícia, o Estado e os patrões. A falta de locução em off dos curtas-metragens, que alternam imagens e sequências de atividades com outras de depoimentos, montadas com poucos cortes abruptos, acentua essa expressividade. Por outro lado, em *Chão de Fábrica*, de 2018, temos uma estética muito mais espetacular, correspondente às condições técnicas hoje disponíveis, mas igualmente adequada às formas de percepção contemporânea, mais afeitas à velocidade e ao êxtase, com destaca Christoph Türcke (2012). A narração pouco sóbria e a montagem às vezes frenética correspondem a isso.

Vistos em conjunto, os filmes mostram que aquele impulso de 40 e tantos anos atrás perdeu força, sendo a solidariedade dos trabalhadores substituída por outros tipos de oposição ao poder instituído que nem sempre, no entanto, encontram um ponto comum em suas reivindicações. Aquilo que a todos identificava – o trabalho – e unia – a luta coletiva – agora aparece como experiência fragmentada e degradada na forma da exploração sem limites. É notável, nesse sentido, que uma das bandeiras importantes da organização sindical, a diminuição da jornada laboral, venha perdendo lugar (apesar das discussões da jornada 2x5, que passa por outro lugar), na medida em que a própria desregulamentação do trabalho acontece. A batalha, desde que as correlações de força se alteraram radicalmente, é pelo posto de trabalho.

Os sindicalistas falam em dias de greve, horas ou minutos de paralisação na linha de montagem, medidas de tempo que já não fazem sentido quando a fábrica e suas regras não são mais o paradigma. O tempo cronológico era o modelo ao qual cada trabalhador se via submetido, e era com ele que as batalhas contra a exploração se davam. O tempo homogêneo e vazio que Walter Benjamin (2010) tão bem identificou vai desaparecendo não porque foi superado, mas porque regrediu até a condição de não-tempo, ou seja, de uma desregulamentação tal que tende a deixar cada um na condição de disponibilidade absoluta para o trabalho – quando houver possibilidade de ele ocorrer. Como manter a solidariedade entre os que trabalham sob essas condições? O primeiro passo talvez fosse o pensamento de esquerda ser, de fato, anticapitalista. Ao que parece, no entanto, isso não tem sido possível e talvez nem mesmo desejado.

Referências

AB'SÁBER, Tales. **O soldado antropofágico: Escravidão e não-pensamento no Brasil**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROS, Celso Rocha. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENJAMIN, Walter. **Über den Begriff der Geschichte**. Berlim: Suhrkamp, 2010.

BOUQUET, Stéphane. **Le livre Sergueï Eisenstein**. Paris: Cahiers du Cinéma/Le Monde, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 ago. 1979.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil** (Edição crítica). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

COUTINHO, Eduardo. **Peões**. Brasil: 2004. Filme.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984. Filme.

CRARY, Jonathan. **24/7: Late Capitalism and the End of Sleep**. New York: Verso, 2014.

DUDOW, Slatan. **Kuhle Wampe, ou a quem pertence o mundo?** Alemanha: 1932. Filme.

EISENSTEIN, Sergei. **Greve**. União Soviética: Goskino, 1925. Filme.

FUTEMMA, Olga; TAPAJÓS, Renato. **Trabalhadoras metalúrgicas**. Brasil: 1978. Filme.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: Na Enquiry into the Origins of Cultural Changes**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes: 1914-1991**. Londres: Abacus, 2020.

Jorge, Marina Soler. **Lula no documentário brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

MORAES, Tetê. **Terra para Rose**. Brasil: 1987. Filme.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAPAJÓS, Renato. **Acidentes de trabalho**. Brasil: 1977. Filme.

TAPAJÓS, Renato. **Greve de março**. Brasil: 1979. Filme.

TAPAJÓS, Renato. **A luta do povo**. Brasil: 1980. Filme.

TAPAJÓS, Renato. **Linha de montagem**. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1982. Filme.

TAPAJÓS, Renato. **Esquerda em transe**. Brasil: 2018. Filme.

TAVARES, Krishna Gomes. **A luta operária no cinema militante de Renato Tapajós**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) - USP, São Paulo.

TÜRCKE, Christoph. **Hiperaktiv: Kritik der Aufmerksamkeitdefizitkultur**. Munique: C. H. Beck, 2012.

Victor, Fábio. **Poder camuflado**. Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WEBSTER, Edward. The Uberisation of work: the challenge of regulating platform capitalism. **International Review of Applied Economics**. 2020.